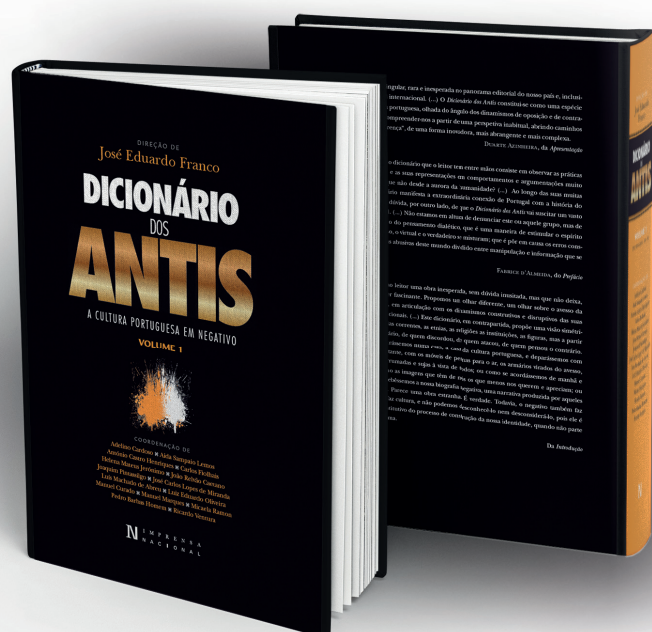


José Eduardo Franco (dir.) (2018). *Dicionário dos Antis: A cultura portuguesa em negativo*. INCM. Lisboa. 2 vols.

FERNANDO CATROGA¹

1.

No antiprefácio que escreveu para o *Dicionário dos Antis* (direção de José Eduardo Franco e edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018), António Araújo, citando Hannah Arendt, situa na velha *polis* ateniense uma das fontes dos *antis*, recordando que terá sido pelo *logos*, isto é, pelo uso da *palavra* e da *disputa* (*polemiké*), que o ser humano elevou a sua natural dimensão biológica ao nível de *zoon politikón*. De facto, o radical grego *polemós* encontra-se tanto na origem das designações respeitantes à poleomologia — a ciência da guerra —, como aplicado à referenciação de atitudes de *controvérsia*, de *crítica* e de *polémica*. De certa maneira, a polémica é indissociável da produção intelectual e constitui, na história ocidental, um meio indispensável para que, como ensinou



¹ Universidade de Coimbra.

Maquiavel, do *dissenso* nasçam *consensos*, por mais débeis e provisórios que sejam.

Deve-se ainda perguntar se o modo *binário* de pensar não é inerente à natureza humana e indagar se, em última análise, ele não emana da própria estrutura do mundo. Frise-se que os grandes mitos arcaicos já situavam a génese do cosmos na luta, ciclicamente renovada, entre princípios antitéticos: a luz e as trevas, o bem e o mal, a ordem e o caos.

Ora, a universalidade deste agonismo, articulada com os contextos históricos da sua concretização na cultura portuguesa, é um dos grandes pilares deste *Dicionário dos Antis* (colaborado por cerca de 200 autores) e premissa importante para que se possa compreender o «lugar» de onde a obra visa falar: o das ideias, valores, correntes, movimentos que irromperam em Portugal, e no mundo, como alternativa aos poderes culturais dominantes. E é a escolha desta ótica que, explícita ou implicitamente, unifica a inevitável fragmentação e pluralidade autoral e temática do livro (imposta pelo próprio género dicionarista) e que explica o seu pioneirismo. Virtudes que também decorrem das cautelas epistemológicas que os seus coordenadores tiveram face às exigências de reciprocidade que a luta histórica impõe, mesmo quando o uso do prefixo *anti* age não só como *contrário*, mas também como *contraditório*. É que, não raro, ele é *irmão*, ou mesmo *filho* do pólo que combate, pois tanto é fruto de uma *ação*

contra, como de uma *reação* posterior ao que se quer contraditar.

Com efeito, o *anti* só poderá proclamar a sua identidade e diferença *por via negativa* (daí a pertinência em falar-se de «cultura do negativo», ou, hegelianamente, em «trabalho do negativo»). Mas, a história dos *antis* mostra que eles igualmente alimentam (e se alimentam) de um *nexo de alteridade* e de *diferenciação* que, qual jogo de espelhos, tem de retratar o adversário, incluindo os *antis* que este lança aos *antis* que o atacam. E, com a Modernidade, e com o consequente alargamento do pensamento crítico na cultura ocidental, a cosmopolita «República das Letras, Ciências e Belas Artes» — relembre-se a história da génese das Universidades e a das Academias — tem sido, até hoje, uma permanente «guerra civil» pela conquista da hegemonia nos diversos campos intelectuais. O que também faz deste livro uma longa história das correntes culturais portuguesas e europeias, nas múltiplas escalas de temporalização requeridas pelo objeto específico de cada entrada do *Dicionário*. Daí o frequente recurso dos seus autores à interdisciplinaridade e ao comparativismo diacrónico.

A história da cultura escrita ensina-nos, ainda, que a *forma também é conteúdo*, lição que possibilita precisar melhor o que este *Dicionário não quer ser*, bem como os problemas que o género levanta e que, aqui, foram geralmente bem resolvidos. Isso deve-se, em boa parte, à

epistemologia, de inspiração compreensivista e religadora que o inspira e que trabalha, atrás do reposteiro, como se fosse uma mão invisível a tecer os liames entre temas inevitavelmente insulados pelo critério alfabético usado na organização das entradas.

E também não é irrelevante esta outra característica: o *Dicionário dos Antis* não quer ser nem um *dicionário de conceitos* — exceto nas últimas 300 páginas, num total de 2304 —, nem um *dicionário biográfico*, nem um *dicionário bibliográfico* (exceto nas informações selecionadas e insertas no final de boa parte das entradas). De certo modo, ele é tudo isso e mais alguma coisa, a saber: um *dicionário temático*, próximo de uma intenção enciclopédica, de porte transnacional no modo de tratar, *sincro* e sobretudo *diacronicamente*, o conteúdo concreto de cada verbete, de autorias várias e de epistemologias específicas e plurais.

2.

É conhecido que o aparecimento dos dicionários e das enciclopédicas indicia a pré-existência de uma riqueza linguística e cognitiva que se foi acumulando e que passou a pedir a reunião dos saberes dispersos. Compreende-se, assim, que os coordenadores deste *Dicionário* avisem que foi sua intenção dar uma maior visibilidade e «sistematicidade» aos discursos *antis*, relevando, no *jogo de escalas*, a longa duração. No entanto, ao optarem pelo modelo *dicionarial temático*, eles também reconheceram que o projeto exigiu escolhas,

contextualizações e levantamentos do «estado da arte» sobre assuntos que tinham de ser sintetizados e narrados por ordem alfabética, opção que, se dificulta as totalizações almejadas, possui, porém, acrescidas virtualidades didáticas.

Mas, afinal, o que é um dicionário? O vocábulo entronca no radical *dictio, onis* e significa «ação de dizer, modo de expressão». Por alargamento semântico, passou a denotar a recolha das palavras de uma língua, vindo, depois, a incidir sobre outros assuntos e a tornar-se quase sinónimo de «enciclopédia». Neste contexto, não deve espantar que o subtítulo da célebre *Encyclopédie*, publicada, em 1751, por Diderot e D'Alambert, seja este: *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*.

Com efeito, tanto o modelo dicionarial como o enciclopédico tem no seu bojo uma clara vocação paidética, tanto mais que a palavra «enciclopédia» vem da expressão grega *enkyklós paideia*, utilizada para nomear o «ensino circular, panorâmico». Em Roma, a sua tradução latina referia-se ao «conjunto das ciências que constituem uma educação completa», definição que se prolongará, no essencial, até aos nossos dias.

Bem vistas as coisas, as grandes enciclopédias, assim como as grandes bibliotecas (relembre-se o paradigma de Alexandria), tendem a reproduzir as árvores do saber, cedo fundamentadas e elaboradas pelos li-

vros das grandes religiões, pela velha Grécia (Aristóteles), pela teologia medieval, e pelo pensamento moderno (Descartes, Francis Bacon, Leibniz, Hegel, Comte, etc.), muito dele movido pelo sonho da *mathesis universalis*. Esse foi o período dos grandes debates taxinómicos e acerca das relações metafísicas e epistemológicas entre as «duas culturas» (Charles Percy Snow), ou melhor, entre o antigo e o moderno, a religião e a fé, as ciências da natureza e as ciências do espírito, a ciência e a técnica, as ortodoxias e as heresias, os dogmatismos e as heterodoxias.

Em suma: a enciclopédia quer ser, como também acentuou Rabelais, um «conjunto completo de conhecimentos». De facto, mesmo quando elas elegem âmbitos mais específicos (no *Dicionário dos Antis*, oriundos, sobretudo, da religião e da teologia, da filosofia, das artes, da literatura, das ciências e das técnicas, do direito, da política, das ideologias), os dicionários e as enciclopédias aspiram à totalização dos saberes nos campos que analisam. Porém, regra geral, é contradistada, a montante, pelo cariz inevitavelmente coletivo, plural, seletivo e de qualidade desigual das colaborações que lhe dão corpo, e, a juzante, pela sucessão dos verbetes de acordo com o alfabeto, o que, ao invés do que

pode acontecer na narrativa ficcional, convida a leituras fragmentárias e descontínuas dos conteúdos. De onde a importância da mediação do leitor como construtor de correlações, necessariamente parciais e feitas à luz dos seus próprios interesses cognitivos e dos seus preconceitos mundividenciais.

De certo modo, os dicionários, tal como as enciclopédias, não são escritos para serem integralmente lidos, mas para serem compulsados ou consultados. Ironicamente, pode mesmo dizer-se que um *leitor ideal* de um grande dicionário, de uma grande enciclopédia, ou um frequentador diário de grandes bibliotecas, que tivesse o plano de ler os acervos ou registos a partir da letra A até à letra Z, precisaria de conquistar a a-mortalidade. Só neste estádio, poderia aproximar-se do divino Saber Absoluto.

Este *Dicionário*, ao invés, confessa que é uma obra aberta e inconclusa. Não admira. Ele foi escrito sob a égide da função social e humanista do conhecimento que emancipa e autonomiza, e convida o seu *leitor real* a lê-lo de um modo ativo, atitude que, glosando uma conhecida expressão de Marx, pode mesmo subir ao salutar exercício crítico da crítica crítica (*Kritik der kritischen Kritik*).